

FINANÇAS

Como o plano de benefícios não foi liquidado, reversão de valores ao patrocinador pode prejudicar seu equilíbrio, alegam representantes dos aposentados



Briga pelo bilionário superávit

Aposentados vão novamente recorrer à Justiça. Liminar referente a 2008 não permite ao Banco do Brasil se

Aline Lima

alima@brasileconomico.com.br

Uma disputa bilionária pelo superávit do maior fundo de pensão do país promete lances de tirar o fôlego das torcidas, devidamente posicionadas em campos opostos. De um lado, está o Banco do Brasil (BB); de outro, os participantes da Previ, entidade de previdência dos funcionários do BB. Em jogo, R\$ 33,7 bilhões (apurados até junho de 2009, último dado oficial) de sobras do Plano 1, o mais antigo, montante que cor-

responde a quatro vezes o lucro líquido anual do banco.

Na segunda-feira, dia 1º de fevereiro, o Banco do Brasil divulgou, em fato relevante, a incorporação de um ganho não-recorrente de R\$ 1,6 bilhão ao balanço do quarto trimestre, proveniente justamente desse superávit. A reação contra a iniciativa já está sendo preparada pela Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (FAABB), Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil (AAFBB) e União

Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil (Unamibb). As entidades prometem acionar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central (BC) e a Procuradoria da República do Distrito Federal.

“Não podemos admitir que o Banco do Brasil se capitalize com dinheiro da Previ”, afirma Isa Musa de Noronha, presidente da FAABB. Segundo ela, a manobra para reverter o superávit não tem amparo legal. “O BB se vale de uma resolução do Conselho de Gestão da Previdência Comple-

Montante em jogo totaliza R\$ 33,7 bilhões de sobras do Plano 1, o mais antigo. Valor corresponde a quatro vezes o lucro líquido anual do BB

mentar (CGPC), que está suspensa por liminar. Desejamos reafirmar a ilegalidade e a impropriedade do registro em balanço de valores pendentes de decisão judicial.”

Isa se refere à Resolução CGPC número 26, de setembro de 2008, que prevê a destinação de parte do superávit ao patrocinador. Mas um despacho do desembargador federal Souza Prudente, de 10 de dezembro de 2008, suspendeu os efeitos da tal resolução “até o pronunciamento definitivo da turma julgadora”, o que ainda não ocorreu. A decisão atende somente ao

Joshua Roberts/Bloomberg



Bolsa de NY vai cair mais, prevê El-Erian

Mohamed A. El-Erian, CEO do Pacific Investment Management, maior fundo mútuo do mundo, afirmou ontem que a queda da Bolsa de Valores de Nova York deve se acentuar, em meio ao persistente desemprego e a fraca atividade econômica nos Estados Unidos. Segundo ele, os investidores precificaram erroneamente a retirada ordenada de estímulos econômicos. Isso significa que as projeções de Wall Street para os ganhos em 2010 devem estar erradas e os preços vão despencar.

Henrique Manreza



da Previ

apropriar do resultado positivo

mandado de segurança coletivo impetrado pelo Sindicato dos Bancários de Brasília. Procurados, BB, Previ informaram que não se pronunciariam sobre o assunto. A Previc (antiga Secretaria de Previdência Complementar) não comenta processos em andamento.

Por trás do imbróglio jurídico, existe o questionamento da própria validade da Resolução CGPC número 26. “Obviamente, a reversão de valores de um fundo de pensão em favor de seu patrocinador não é uma medida que atenda aos interesses dos participantes e dos assis-

tidos dos planos de benefícios”, diz Isa. Para sustentar legalmente o que, a princípio, parece ser apenas uma opinião, ela lança mão de justificativas econômicas. “As empresas recebem benefícios fiscais para patrocinar seus fundos de pensão. São tantas as vantagens que numerosas companhias nem sequer cobram contribuições dos beneficiários.” Para arrematar, Isa acrescenta o fato de as empresas transferirem seus custos para o consumidor, via inclusão nos preços.

Os representantes dos aposentados do BB também colocam em

HISTÓRICO CONTURBADO

1997

Um acordo firmado entre o Ministério da Fazenda e a Secretaria de Previdência Complementar permitiu que o BB utilizasse R\$ 5,5 bilhões do superávit da Previ para honrar parte de uma dívida de R\$ 11 bilhões, relativa ao déficit atuarial dos funcionários que ingressaram no banco antes de 1967 (ano de criação da Previ). Em contrapartida, os funcionários ganharam o direito de escolher metade da diretoria que compõe o conselho deliberativo e a maioria dos diretores do conselho fiscal

2000

O governo promoveu alterações na Lei Complementar 108, que regulamenta a atividade dos fundos de pensão, eliminando, com isso, a vantagem de representação conquistada três anos atrás. Entre as novas regras constava a implementação do voto de Minerva, a cargo do presidente indicado pela patrocinadora

2008

Valendo-se da Resolução CGPC número 26, de setembro de 2008, o Banco do Brasil contabilizou, no balanço do quarto trimestre de 2008, ganhos atuariais relativos ao Plano 1 da Previ no valor de R\$ 5,326 bilhões, cujo impacto no lucro líquido foi de R\$ 2,52 bilhões

2009

A Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil (AAFBB) apresentou, em fevereiro, denúncias de supostas irregularidades no resultado de 2008 do BB à CVM, à Procuradoria da República do Distrito Federal e ao Banco Central. Medida semelhante já havia sido tomada pela Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão (Anapar), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Sistema Financeiro (Contraf-CUT) e pelo Sindicato dos Bancários de Brasília

2010

O BB anunciou, em fato relevante, a incorporação de um ganho não recorrente de R\$ 1,6 bilhão ao balanço do quarto trimestre, decorrente de revisão dos cálculos atuariais do plano de benefícios da Previ. Novamente, as entidades que representam os aposentados do banco prometem contestar a medida

que o cumprimento da deliberação 371/2000 da CVM pelo banco. A regra condiciona o uso dos ativos remanescentes do fundo de pensão pela patrocinadora em caso de liquidação do plano. “O Plano 1 da Previ está longe de ser saldado”, ressalta Isa. “A reversão de valores ao patrocinador, em detrimento das reservas do plano de benefícios, traz insegurança futura ao próprio equilíbrio do plano.” A CVM informou que a questão continua sendo analisada pela CVM, dado que houve apresentação de recurso. ■

AGENDA DO DIA

- Às 8h30, o Banco Central divulga a Ata do Copom.
- Às 10h, o Banco do Reino Unido divulga a nova taxa de juro.
- Às 10h30, a Anfavea divulga a produção de veículos de janeiro.
- Às 11h30, saem os dados de seguro-desemprego nos EUA.

Há risco de BB ter de devolver o dinheiro

Ajuste contábil pode ser anulado se a Justiça der ganho de causa aos pensionistas da Previ

A revisão dos cálculos atuariais do plano de benefícios da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (BB), operação que vai resultar em um ganho extra de R\$ 1,6 bilhão para a estatal, em 2009, é um processo estritamente contábil. A reavaliação não envolve, em um primeiro momento, troca de recursos. É um dinheiro que o banco julga ter direito a receber da fatia do superávit acumulado pelo Plano 1 da Previ e, por isso, o incorpora ao balanço. Como a medida tomada pelo BB está sendo contestada na Justiça, existe um risco de que o dinheiro absorvido tenha de ser devolvido lá na frente.

“O BB vai distribuir dividendos aos seus acionistas com base em um resultado fictício. E se a Justiça der ganho de causa aos aposentados?”, questiona Isa Musa de Noronha, presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (FAABB). Como o BB costuma distribuir 40% do lucro, devem ser pagos R\$ 960 milhões referentes ao R\$ 1,6 bilhão proveniente do ajuste contábil.

José Ricardo Sasseron, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) e diretor de seguridade da Previ, lembra que a devolução do superávit de um fundo de pensão só ocorre em caso de liquidação do plano ou quando a entidade de previdência resolve fazer uma distribuição de valores. “Só é possível fazer essa distribuição, se a maioria dos integrantes do conselho de administração aprová-la”, diz. “Voto de Minerva, nesse caso, não vale.”

Não é de hoje que a apropriação de parte do superávit da Previ pelo BB é contestada por seus pensionistas. Foram apresentadas denúncias de supostas irregularidades no ano passado, quando o BB contabilizou, no lucro líquido do quarto trimestre de 2008, ganhos atuariais relativos ao Plano 1 da Previ de R\$ 2,52 bilhões.

A Lei Complementar 108, que regulamenta a atividade dos fundos de pensão, prevê, em

■ **SUPERAVIT**
Retorno da carteira do Plano 1 resultou em uma sobra de

R\$ 33,7 bi

■ **PARTICIPANTES**
Entre funcionários ativos e aposentados, beneficiários são

121 mil

casos de superávit, que 25% do bolo seja destinado a um fundo de reserva de contingência — uma forma de resguardar o patrimônio contra possíveis riscos de oscilação. O restante do dinheiro deve contemplar a melhoria do benefício dos participantes ou a redução do valor das contribuições pagas. Em 2007, foi aprovada a suspensão dos pagamentos de contribuições do Plano 1. Outros ajustes também foram feitos. O teto do benefício, calculado pela média salarial dos últimos 36 meses de trabalho, subiu de 75% para 90%; e quem contribuiu por mais de 30 anos passou a receber renda adicional, equivalente aos anos da ativa (medida que beneficiou cerca de 10 mil assistidos). Em 2006, as contribuições dos 104 mil assistidos e da patrocinadora já haviam sido reduzidas em 40%.

Mesmo com a suspensão das contribuições e a promoção de melhorias nos benefícios, a sobra de caixa da Previ é gigantesca. A lógica do BB é a de que, se o banco, na condição de patrocinador, contribuiu para o Plano 1, deveria então receber de volta parte do excedente. Vale lembrar que, antes de 1999, quando o governo não havia estabelecido o conceito de paridade nas contribuições, a Previ fazia desembolsos na proporção de R\$ 2 para cada R\$ 1 depositado pelo associado. ■ **A.L.**